

CADERNO DE ENCARGOS

CP N.º 815675 AD II

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual CP acima referido, sendo constituídas pelas seguintes Condições Particulares e, no que nelas não estiver especialmente previsto, pelas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços CP em anexo.

Condições Particulares:

1. Objeto

Prestação de serviços de vigilância e segurança – instalações e material circulante.

2. Âmbito

Incluindo todas as prestações necessárias, complementares ou acessórias aos mesmos fins, o Adjudicatário obriga-se a assegurar a vigilância e a segurança de pessoas e bens, designadamente, mas sem limitar:

1. Dos trabalhadores da CP e dos seus Clientes;
2. Do material circulante da CP;
3. Das instalações da CP.

3. Anexos

São parte integrante do presente Caderno de Encargos, para todos os efeitos contratuais e legais, o seguinte anexo:

1. Lista de lotes I e II;
2. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços CP.

4. Documentos Requeridos

Previamente à outorga do contrato o Adjudicatário facultará à CP:

1. Lista dos seus trabalhadores a afetar ao serviço com indicação dos respetivos postos;
2. Comprovativo de inscrição dos trabalhadores referidos no número anterior:
 - a) Na Segurança Social;
 - b) No seguro de acidentes de trabalho.

5. Preço

1. Pelo contrato a CP pagará ao Adjudicatário um preço fixo mensal correspondente aos Serviços Normais constantes da proposta adjudicada considerando que:
 - a) Pelo Lote 2, correspondente à Operativa II, o preço a pagar pela CP ao Adjudicatário não poderá exceder o valor mensal de 176.000,00 € – total para 2 meses: 352.000,00€;
 - b) Pelo Lote 3, correspondente à Operativa III, o preço a pagar pela CP ao Adjudicatário não poderá exceder o valor mensal de 97.500,00 € – total para 2 meses: 195.000,00€;
2. Aos valores previstos no número anterior acrescerá o valor dos serviços adicionais, sempre que solicitados pela CP, ao preço hora/homem correspondente ao dos Serviços Normais previstos na proposta apresentada pelo Adjudicatário.
3. O preço compreende todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à CP, incluindo despesas de alojamento, alimentação, uniformes, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Ao preço indicado acrescerá o IVA nos termos legais.

6. Faturação e Pagamento

1. A faturação far-se-á em prestações mensais e será enviada eletronicamente nos termos previstos no Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e demais legislação aplicável, mediante a utilização da plataforma da Saphety, devendo para tanto o Adjudicatário:
 - a) Contactar a Saphety através do correio eletrónico: helpdesk@saphety.com;
 - b) Assegurar as diligências necessárias no sentido de garantir o envio da faturação pela referida plataforma em formato EDI.
2. A faturação eletrónica terá necessariamente de conter o número da encomenda/contrato CP e respetivo compromisso, nos campos do XML definidos para o efeito, constituindo a ausência desses elementos motivo para devolução das respetivas faturas e/ou documentos retificativos.
3. Não será imputável à CP a responsabilidade por eventuais atrasos na receção da faturação, devido ao processo de integração da faturação eletrónica

realizada entre o adjudicatário e a Saphety, ou rejeições automáticas decorrentes da falta dos elementos indicados no número anterior.

4. Não serão aceites faturas que impeçam a CP de proceder de imediato à devida dedução do IVA nelas indicado.
5. Os pagamentos serão processados 30 (trinta) dias após a data da receção da fatura na CP e efetuados no dia 10 ou 25 de cada mês, consoante o 30.º dia, se situe antes do dia 10 ou do dia 25 de cada mês e efetuados através de transferência bancária.

7. Caução

1. Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Adjudicatário prestará à CP uma caução correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual.
2. A caução permanecerá válida até cessarem todas as obrigações do Adjudicatário decorrentes do contrato, sendo libertada pela CP no prazo máximo de 30 (trinta) após o comprovativo do cumprimento do disposto no Artigo 60.º-B da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, da aprovação do trabalho realizado e da extinção de todos os efeitos jurídicos do contrato, salvo se houver lugar à sua execução parcial ou total.
3. Em caso de incumprimento ou de cumprimento defeituoso pelo Adjudicatário das obrigações assumidas ao abrigo do contrato, a CP poderá acionar, total ou parcialmente, a caução.
4. Sempre que a CP exerça o direito previsto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a repor o valor inicial da caução prestada à CP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9. Duração do Contrato

1. Sem prejuízo das prestações que devam perdurar para além dele, o contrato durará o contrato durará de 1 de fevereiro de 2025 até 31 de março de 2025, desde que a CP não o venha a denunciar antes do seu termo, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
2. Para efeitos do número anterior, a denúncia do contrato considerar-se-á eficaz no último dia do mês em que se verifique o decurso integral do prazo de antecedência da denuncia, salvo se for comunicada, de forma expressa, a inaplicabilidade desta disposição, caso em que produzirá efeitos na data em que coincidir o termo desse prazo.

10. Local de execução

Os serviços serão prestados nos postos da CP discriminados no Anexo 1, de acordo com o respetivo lote.

11. Obrigações do Adjudicatário

O Adjudicatário está obrigado a:

1. Executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o Know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade.
3. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
4. Prestar os serviços conforme as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais, salvo se forem propostas e adjudicadas condições mais vantajosas para a CP, caso em que estas prevalecem sobre aquelas.
5. Manter uma estrutura capaz de assegurar todos os serviços compreendidos no objeto do contrato.
6. Comunicar à CP qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos celebrados e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como as alterações aos contactos e moradas para a gestão dos contratos.
7. Comunicar, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações.
8. Manter permanentemente atualizados os documentos de habilitação para consulta por parte da CP.

12. Obrigações da CP

A CP obriga-se a:

1. Colaborar com o Adjudicatário sempre que tal se mostre necessário, fornecendo a informação relevante e necessária para a execução do contrato.
2. Entregar ao Adjudicatário as chaves/cartões dos postos onde serão prestados os serviços de vigilância e segurança, não podendo aquelas ser utilizadas para outros fins contrários aos contratualizados.

3. Fornecer ao Adjudicatário as normas internas, em vigor, necessárias para o cumprimento do objeto do contrato, designadamente:
 - a) Horário normal de funcionamento dos serviços;
 - b) Horário do pessoal de higiene e limpeza das instalações;
 - c) Lista de funcionários autorizados a dar ordens e instruções ao pessoal da vigilância e segurança;
 - d) Lista das viaturas afetas aos serviços e respetivos motoristas;
 - e) Lista de chaves e de pessoal autorizado ao seu levantamento;

13. Especificações de Serviço

1. Sem prejuízo de maior concretização considerando as necessidades e instruções específicas da CP para cada posto, o Adjudicatário obriga-se a cumprir os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Assegurar e controlar os acessos às instalações no que se refere a pessoas, viaturas e mercadorias, bem como controlar e impedir o acesso e/ou permanência de pessoas não autorizadas em áreas restritas ou reservadas;
 - b) Afetar e manter pessoal nos postos de trabalho atribuídos, designadamente, nas portarias;
 - c) Encaminhar os Clientes sem título de transporte ou com título inválido, para os Colaboradores da Fiscalização ou para a Bilheteira;
 - d) Atender a pedidos de auxílio de Clientes através dos *help points* e intercomunicadores dos canais especiais;
 - e) Auxiliar passageiros com necessidades especiais.
 - f) Rearmar as botoeiras de emergência sempre que sejam acionadas indevidamente;
 - g) Proceder ao registo de todas as pessoas e viaturas que tenham acesso às instalações conforme os procedimentos em vigor e/ou aprovados pela CP;
 - h) Intervir em situações de emergência, incluindo aquelas em que possa ser requerida a evacuação total ou parcial dos ocupantes das instalações;
 - i) Conhecer e monitorizar sistemas de controlo e segurança das instalações da CP, designadamente, de deteção de intrusão, deteção de incêndios, controlo de acessos, sistemas de CCTV, entre outros;
 - j) Conhecer o material e os equipamentos de segurança de proteção das instalações da CP, estando, em caso disso, apto a utilizá-los;

- k) Vigiar instalações de forma a prevenir a ocorrência de conflitos, distúrbios ou outros incidentes capazes de impedirem o normal funcionamento das instalações;
- l) Cumprir e garantir o cumprimento de regulamentos e outros normativos aplicáveis às instalações, designadamente, os de segurança;
- m) Desencadear as ações preliminares de correção de anomalias, de acordo com as instruções em vigor em cada instalação, nomeadamente de prevenção de furtos, incêndios, inundações, explosões, solicitando a intervenção dos meios de apoio adequados;
- n) Proceder aos cortes de energia elétrica, de gás de água, ou outros, conforme as instruções em vigor e/ou plano de emergência;
- o) Informar regularmente em relatório, caso detetem, o estado de equipamentos de primeira intervenção em caso de incêndio (em especial extintores, carretéis e bocas de serviço);
- p) Informar, por escrito, o responsável de cada posto/instalação, de quaisquer situações anómalas que ocorram durante o período de serviço;
- q) Realizar rondas às instalações e ao material circulante da CP;
- r) Proceder à abertura e ao encerramento das instalações da CP;
- s) Equipar o seu pessoal com o equipamento tecnológico necessário ao cumprimento do objeto do contrato, designadamente, telemóveis e emissores-recetor rádio, e software de validação/confirmação de rondas;
- t) Contactar imediatamente e apoiar as Autoridades Reguladoras e Policiais, sempre necessário ou solicitado pela CP;
- u) Disponibilizar e deslocar o pessoal/piquete de serviço, ou sempre que solicitado pela CP, aos locais onde a sua intervenção seja necessária, em particular, em caso de furto, roubo ou vandalismo de bens ou das instalações ou material circulante da CP;
- v) Contactar a CP e os respetivos responsáveis locais em caso de ocorrências;
- w) Receber, tratar e reencaminhar chamadas telefónicas necessárias ao cumprimento dos fins do presente contrato;
- x) Monitorizar os sistemas de alarme de deteção de intrusão ou outros das instalações da CP;
- y) Garantir a prestação de serviços remotos de verificação e confirmação do bom funcionamento das instalações de alarmes da CP;

- z) Garantir o cumprimento do procedimento adequado no caso de receção de alarme, devendo efetuar uma chamada de retorno para as instalações onde se encontra o sistema de deteção ativado;
 - aa) Garantir, nos casos de intervenção justificada, a permanência do piquete de intervenção no local da ocorrência, até à chegada das autoridades.
2. A solicitação da CP ou no caso de motivo imprevisto, mormente, por atrasos ou supressões de comboios, o Adjudicatário fica, ainda, obrigado a cumprir todas as orientações da CP, no sentido de assegurar apoio aos passageiros, nomeadamente, quando seja necessário efetuar transbordo rodoviário.

14. Pessoal do Adjudicatário

- 1. É da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento das obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do objeto do contrato, designadamente quanto à existência de título profissional válido, bem como quanto à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
- 2. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada nas prestações objeto do contrato devem estar de acordo com as necessidades das tarefas a executar e conforme o contratualizado.
- 3. O Adjudicatário obriga-se a celebrar e manter contrato de trabalho com o seu pessoal durante a prestação dos serviços contratados.

15. Substituição do Pessoal afeto ao Serviço

- 1. Quando o Adjudicatário pretenda substituir o seu pessoal deve informar previamente a CP, salvo em casos de emergência.
- 2. A informação a que se refere o número anterior deverá ser prestada, por escrito, pelo Adjudicatário, com a antecedência mínima de 12 horas.
- 3. O Adjudicatário afastará, quando solicitado pela CP, da execução do contrato qualquer elemento do seu pessoal cujo serviço ou permanência a CP considere inconveniente nas suas instalações, nomeadamente por violação dos requisitos exigidos para o pessoal, das regras de zelo, diligência e urbanidade, devendo proceder de imediato à sua substituição.

16. Perfil do Pessoal do Adjudicatário

- 1. O Adjudicatário fica obrigado a assegurar que o pessoal afeto ao serviço possui os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Ter aptidão física, mental e psicológica adequadas à função;
 - b) Ter formação adequada à função;

- c) Ter conhecimento e domínio da língua portuguesa.
- 2. Para efeitos do número anterior, são condições mínimas de aptidão física, mental e psicológica as que constam dos anexos I e II da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.
- 3. Sem prejuízo dos números anteriores e considerando as especiais e acrescidas necessidades de vigilância e segurança nos parques de Material Circulante da CP identificados no Anexo 1 e de acordo com o respetivo lote, Adjudicatário fica obrigado a assegurar que o pessoal afeto ao serviço preenche, ainda, os seguintes requisitos:
 - a) Ter idade preferencialmente compreendida entre os 20 e os 55 anos;
 - b) Ter condição e robustez física para resposta e intervenção na dissuasão conflitos ou outras ocorrências.

17. Acesso do Pessoal do Adjudicatário às instalações da CP

No início da execução do contrato, o Adjudicatário comunicará à CP o nome e número de cartão de profissional, que vai ter ao serviço em cada posto.

18. Supervisão do Pessoal

O Adjudicatário fica obrigado a:

- 1. Definir normas técnicas de serviço (NEP's) para o seu pessoal, disponibilizando-as previamente à CP.
- 2. Para efeitos do número anterior, a CP reserva-se no direito de substituir as normas técnicas de serviço (NEP's) indicadas pelo Adjudicatário, pelas normas técnicas de serviço (NEP's) internas da CP.
- 3. Nomear um coordenador encarregue da supervisão e direção do seu pessoal, afeto à execução do presente contrato.
- 4. Assegurar que um elemento da Supervisão esteja presente nas reuniões mensais de análise e coordenação na Segurança e Proteção (SP), bem como esteja disponível para deslocar-se aos postos de vigilância, sempre que haja necessidade ou a CP assim o solicite.
- 5. Disponibilizar um responsável que colabore nos processos de averiguações sobre ocorrências e que participe em vistorias/inspeções aleatórias da CP.

19. Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- 1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela CP.
- 2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato.



3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

20. Relatórios

1. Sem prejuízo da cláusula anterior, a monitorização dos serviços deve ser efetuada através de relatórios e registos a preencher pelo Adjudicatário e por posto, nomeadamente:
 - a) Relatório de ocorrências: Enviar diariamente, o registo diário das ocorrências com a identificação do vigilante, da hora, de informação completa sobre a ocorrência, bem como sobre as rondas efetuadas;
 - b) Registo de controlo de limpeza: sempre que solicitado/proposto, manter o registo da entrada e saída das trabalhadoras de limpeza;
 - c) Movimento de chaveiro: manter o registo da cedência e devolução de chaves;
 - d) Controlo da portaria: Registo diário, na plataforma eletrónica (sempre que aplicável), das entradas e saídas de visitantes e fornecedores nas instalações.
2. A CP reserva-se o direito de aprovar previamente os modelos de relatório a utilizar.
3. Salvo os prazos previstos no n.º 1 da presente cláusula, os relatórios deverão ser enviados ao Gestor do Contrato designado pela CP ou a outros que este venha a designar, no prazo máximo de 2 dias úteis relativamente à data a que dizem respeito.

21. Segurança, higiene e saúde no trabalho

1. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na execução da prestação de serviços objeto do contrato, incluindo as sinalizações e medidas de proteção a terceiros, correndo por sua conta os encargos que resultem do incumprimento de tais obrigações.
2. O Adjudicatário obriga-se a observar e fazer observar aos seus trabalhadores o rigoroso e integral cumprimento das normas de segurança gerais e específicas vigentes nas instalações da CP.

3. O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na execução das prestações de serviço objeto do contrato, a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho.
4. Compete ao Adjudicatário garantir que os seus trabalhadores se apresentam com uniforme e identificação, de acordo com a legislação em vigor, utilizando obrigatoriamente colete refletor nos parques de material circulante.

22. Serviço Normal

1. Considera-se Serviço Normal, os serviços de vigilância e segurança prestados no horário estipulado no Anexo 1, de acordo com as seguintes tipologias:
 - a) Diurno (segunda-feira a domingo excluindo feriados);
 - b) Noturno (segunda-feira a domingo excluindo feriados);
 - c) Diurno em dias feriados;
 - d) Noturno em dias feriados.
2. Para efeitos do número anterior, entende-se por serviço noturno o serviço prestado entre as 21:00 horas de um dia e as 06:00 horas do dia seguinte. Por dia feriado entende-se o período entre as 0:00 e as 23:59 horas dos feriados nacionais e/ou dos feriados municipais do local onde o serviço é prestado.
3. Sem prejuízo do número 1, os horários e/ou locais dos Serviços Normais poderão ser alterados por indicação da CP mediante comunicação antecedência mínima de 24 horas.
4. Para efeitos do número anterior, havendo acréscimo ao número de horas estabelecidos para o corresponde lote, a CP poderá compensar com as penalidades pecuniárias aplicáveis nos termos da Cláusula 25 ou, não havendo lugar a compensação, estas serão pagas ao preço hora/homem dos serviços normais.

23. Serviços Adicionais

1. Consideram-se Serviço Adicionais, os serviços de vigilância e segurança solicitados pela CP, fora dos horários e termos estipulados no Anexo 1 e de acordo com o respetivo lote, quando:
 - a) Não corresponda a mera alteração dos horários de serviço nos termos e para os efeitos do número 3 e 4 da cláusula anterior;

- a) Importe a disponibilização de meios humanos e materiais não previstos para a realização do serviço normal, que não configure substituição de pessoal afeto ao serviço.
2. Para efeitos do número anterior, o Adjudicatário deve disponibilizar:
 - a) Os meios humanos e materiais, quando não exceda o número de 5 seguranças/vigilantes, no prazo de máximo de 4 horas, em horário de funcionamento dos serviços administrativos da CP, a contar da solicitação da CP;
 - b) Os meios humanos e materiais adequados dar resposta a situações excecionais ou incidentes, desde que a CP o solicite com a antecedência mínima de 10 dias.

24. Termos e indicadores de execução

O Adjudicatário fica obrigado a cumprir os seguintes termos e indicadores de execução:

1. A colocar os meios humanos e materiais contratados nos postos e no estrito cumprimento dos horários de serviços estipulados.
2. A substituir, mediante solicitação da CP, qualquer elemento do seu pessoal, sempre que se verifique abandono de serviço injustificada, postura de desleixo, menos atento ou pouco vigilante dos seus colaboradores, comportamento incorreto, ou indecoroso para com o público, colaboradores da CP, colaboradores externos e colegas de serviço, no mais curto espaço de tempo e em conformidade com a legislação aplicável.
3. A realizar visitas às instalações da CP, com periodicidade nunca superior a 14 dias, para supervisão, acompanhamento e monitorização do serviço prestado.
4. A assegurar a chegada do piquete de intervenção aos postos da CP, sempre que solicitado, após a receção do sinal de alarme na central.

25. Penalidades e Substituição do Adjudicatário

1. No caso de incumprimento das obrigações emergentes do contrato por causa imputável ao Adjudicatário poderão ser aplicadas, sem prejuízo de maior indemnização a haver, as seguintes penalidades:
 - a) 200,00€ por cada vez que se verifica atrasos na entrada do pessoal no posto de trabalho, à qual pode acrescer uma penalidade adicional de 100,00€ por cada fração de 30min em incumprimento;

- b) 100,00€ por cada 30 segundos de atraso para a devolução da chamada de retorno, para além tempo do máximo definido para realização da mesma;
 - c) 500,00€ por cada 15 minutos de atrasos para a chegada do piquete de intervenção, para além do tempo máximo definido para a chegada do mesmo;
 - d) 200,00€ por cada incumprimento do pedido da CP de substituição do pessoal, à qual pode acrescer uma penalidade adicional de 100,00€ por cada fração de 30 min sem que se verifique a substituição solicitada;
 - e) 500,00€ sempre que se verifique o incumprimento da autorização prévia para a substituição de pessoal;
2. As penalidades previstas no número anterior aplicam-se, com as devidas adaptações, aos serviços adicionais.
 3. As penalidades previstas no número anterior podem ser agravadas para o dobro, sempre que a CP considere que resultou grave dano para os seus interesses.
 4. Os atrasos na entrada do pessoal no posto de trabalho são contabilizados a partir dos primeiros 15 (quinze) minutos após a hora prevista de entrada.
 5. Se o adjudicatário não efetuar, quaisquer dos serviços a que se obriga pelo presente contrato, para além da correspondente dedução na faturação, pagará à CP, por cada dia em que tal se verifique, uma penalidade do contrato de 3‰ (três por mil) do preço mensal, que se elevará a 4‰ (quatro por mil), a partir do terceiro dia de ocorrência.
 6. A penalidade prevista na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula aplica-se à ausência do posto de trabalho, ainda que já iniciado.
 7. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
 8. Nos casos em que seja atingido o limite do número anterior e a CP não decida proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para os seus interesses, aquele limite é elevado para 30%.
 9. A CP reserva-se ao direito de não aceitar os serviços prestados no todo ou em parte, sem qualquer indemnização ao Adjudicatário, quando não forem cumpridas as boas práticas e ou as especificações e previsões contratuais.
 10. Não obstante o previsto no número anterior, a CP reserva-se ao direito de não deixar de utilizar serviços da parte já realizada do presente contrato, sem prejuízo da solução que vier a ser acordada com o Adjudicatário para a resolução do diferendo entre as partes.

11. A CP notificará o Adjudicatário, por escrito, da aplicação de penalidades ou da decisão de não aceitação dos serviços.
12. A CP pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato ou penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, através de compensação na fatura subsequente à aplicação da penalidade e/ou através de compensação nos termos do disposto no n.º 4 da Cláusula 22 .
13. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a CP exija uma indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação do contrato.
14. Sem prejuízo da aplicação das penalidades nos termos previstos nos números anteriores, a CP reserva-se o direito de substituir, por outro prestador, a parte ou a totalidade do serviço, no caso de o Adjudicatário incorrer em incumprimento grave, designadamente:
 - a) Abandono do serviço, sem justificação fundamentada;
 - b) Postura de desleixo, menos atenta ou pouco vigilante dos seus trabalhadores;
 - c) Não cumprimento de normas, procedimentos e diretrizes, escritas ou verbais, fundamentadamente e justificadamente dadas pela CP;
 - d) Prática ou ação cúmplice em qualquer ato tipificado como crime ou contra a ordem pública, ocultação de provas ou factos delituosos, não informação formal às instâncias devidas;
 - e) Não colaboração com as entidades policiais e reguladoras;
 - f) Comportamento incorreto, ou indecoroso para com o público, colaboradores da CP, colaboradores externos e colegas de serviço;
 - g) Comportamento que prejudique o serviço, o bem-estar e a imagem do cliente ou do Adjudicatário;
 - h) Utilização de meios da CP sem autorização;
 - i) Produzir, reproduzir ou incentivar práticas subversivas e de contestação;
 - j) Desrespeito do segredo profissional.

26. Resolução do Contrato

1. Sem prejuízo fundamentos de resolução previstos na lei, a CP pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações

já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente contrato, a menos que tal seja expressamente determinado pela CP.

3. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias previstas na cláusula anterior.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, a CP pode exigir-lhe uma sanção de 5% do valor total do contrato, sem prejuízo de indemnização por danos maiores.

27. Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;

- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
- 5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza a CP a resolver o contrato, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

28. Responsabilidade e Seguros

- 1. É da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário o cumprimento de quaisquer obrigações de natureza fiscal e para fiscal, ou outras decorrentes da celebração do contrato, incluindo as impostas pela legislação laboral.
- 2. São da inteira e exclusiva responsabilidade do Adjudicatário todos os seguros obrigatórios, bem como todos os encargos com os mesmos, designadamente, contratos de seguro de acidentes de trabalho, de responsabilidade civil por sinistro com danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados ao pessoal por si contratado, a qualquer título, e causados a terceiros, por força dos trabalhos decorrentes do presente Caderno de encargos.
- 3. Sem prejuízo do número anterior, o Adjudicatário é responsável pelos possíveis danos ou extravios provocados pelo pessoal ao seu serviço, bem como o controlo das chaves, cartões ou outros bens que lhe forem confiadas e quaisquer prejuízos que resultem do não cumprimento das cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

29. Dever de Sigilo

- 1. O Adjudicatário está obrigado a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CP, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3. Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este esteja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

30. Proteção de dados e Tratamento

1. A atividade desenvolvida pelo Adjudicatário e respetivos técnicos, independentemente da natureza da relação contratual, encontra-se sujeita à aplicação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, que revoga a Diretiva 95/46/CE, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.
2. Com a celebração do contrato, o Adjudicatário assume a qualidade de subcontratante no que diz respeito ao tratamento dos dados pessoais objeto do contrato, em que a CP assume a qualidade de entidade responsável pelo tratamento.
3. O Adjudicatário obriga-se, ainda, enquanto subcontratante, ao cumprimento de todos os deveres e obrigações que impendem sobre a CP enquanto entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais objeto do contrato, comprometendo-se designadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela CP, única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto do presente contrato;
 - b) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso, ou que lhe sejam transmitidos pela CP sem que, tenha sido por esta, expressamente instruído por escrito;
 - c) Comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa, ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - d) Assegurar que os trabalhadores temporários e os seus colaboradores (incluindo representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o Adjudicatário e o referido colaborador) cumprem todas as obrigações previstas na presente cláusula;
 - e) Assegurar a confidencialidade dos dados pessoais recolhidos, sem prejuízo de respeito com obrigações legais, nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras;

- f) Colaborar com o DPO da CP facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.
- 4. Sempre que o adjudicatário tomar conhecimento da ocorrência de uma violação de dados pessoais sob responsabilidade da CP notifica-a, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do momento em que tomou conhecimento da violação, disponibilizando-lhe uma descrição tão completa quanto possível da natureza da violação ocorrida, incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa, das prováveis consequências da violação, das medidas tomadas para reparar a violação ocorrida e para minimizar os eventuais efeitos negativos para os titulares dos dados afetados.
- 5. Quando ocorra uma violação de dados pessoais o adjudicatário deverá, sem demora injustificada:
 - a) tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de controlo
- 6. O Adjudicatário garante, sem prejuízo de assegurar a utilização contínua dos dados e aplicações migradas findo o contrato, que os dados pessoais por si tratados, na qualidade de subcontratante, são integralmente destruídos, mantendo-se também o sigilo mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo pelo qual ocorra.
- 7. As partes ficam desde já autorizadas a comunicar o conteúdo do presente Contrato, bem como os elementos com ele relacionados, à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

31. Comunicações e Gestores do Contrato

- 1. Na celebração do contrato as partes indicarão os respetivos Gestores e respetivos contactos, aos quais incumbirá, nomeadamente, a coordenação das comunicações, da documentação técnica e das operações previstas.
- 2. Todas as comunicações escritas da CP ou dos seus mandatários de que seja destinatário a Adjudicatário serão efetuadas mediante o envio de carta, fax ou correio eletrónico utilizando os dados do Gestor do Contrato sendo que as moradas indicadas expressamente se estipulam como aquelas em que ficarão domiciliados os contraentes para todos os efeitos, designadamente para os de citação ou de notificação em processos judiciais, sem prejuízo da sua alteração

superveniente, que deverá ser comunicada à outra parte no prazo máximo de 30 dias contados da respetiva verificação, por qualquer dos meios indicados.

3. As relações do Adjudicatário com a CP deverão decorrer durante o horário de trabalho praticado pela CP, devendo a participação de técnicos de ambas as partes se processar em moldes a acordar em conjunto.
4. A participação dos técnicos da CP em nada diminui a responsabilidade do Adjudicatário, como único responsável pelo objeto do contrato.

32. Legislação aplicável

1. Nos termos do n.º 3, do art.º 280.º, do Código dos Contratos Públicos, ao contrato será aplicável a Parte III do mesmo código no que concerne a regime de invalidade, cessão, subcontratação e limites de modificação objetiva.
2. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente contrato, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa, designadamente, as que constam da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

33. Foro aplicável

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulado o foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexo 1 – Valor dos serviços para o efetivo e período de cada local

Lote II

OPERATIVA II – Estações terminais, Parques de material circulante, Edifícios Administrativos, Comboios e alarmes)

POSTO	TIPO INSTALAÇÃO	EFETIVO E PERÍODO DE VIGILÂNCIA HUMANA	MEIOS	VALOR MENSAL	Observações
GUIMARÃES	ESTAÇÃO TERMINAL/PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
POCINHO	ESTAÇÃO TERMINAL/PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	1 Vigilante 20H00 às 07H00 TDA	1 telemóvel		
PENAFIEL PARQUE	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	2 Vigilante 18H00 às 06H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
PENAFIEL ESTAÇÃO	ESTAÇÃO TERMINAL/PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	1 Vigilante 04H00 às 21H00 TDA	1 telemóvel		
RÉGUA	ESTAÇÃO TERMINAL/PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	1 Vigilante 20H30 às 07H00 TDA	1 telemóvel		
MARCO	ESTAÇÃO TERMINAL/PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
CAMPOLIDE PARQUE	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	2 Vigilante 24H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
LISBOA Sta. APOLÓNIA	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	2 Vigilantes 24H00 TDA + 1 Vigilante 20H00 às 08H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
ENTRONCAMENTO	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE	2 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
CAIS DO SODRÉ	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE e GATES	1 Vigilante 24H00 SDF	1 telemóvel		
ROSSIO	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
LISBOA	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
CAMPOLIDE - SI	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
LISBOA Sta. APOLÓNIA – OP/CO/ME (Auto Expresso)	EDIFÍCIOS ADMINISTRATIVOS	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
ZONA CENTRO E SUL	Comboios	2 Vigilantes 19H30 às 24H30 TDA	1 telemóvel		
LINHA DO ALGARVE	Comboios	3 Vigilantes 06H30 às 00H30 TDA	1 telemóvel		
ZONA NORTE	Comboios	2 Vigilantes 06H30-00H30 TDA	1 telemóvel		
URBANOS DO PORTO	Comboios	2 Vigilantes 06H30-00H30 TDA	1 telemóvel		
ROSSIO	GATES	1 Vigilante 05H00 às 02H00 TDA	1 telemóvel		
CAIS DO SODRÉ	PARQUE MATERIAL CIRCULANTE e GATES	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
Sistema AGORA	LINHA CASCAIS	Alarmes, Central de Segurança 17 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA DO SUL	Alarmes, Central de Segurança 13 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA DE SINTRA	Alarmes, Central de Segurança 16 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA AZAMBUJA	Alarmes, Central de Segurança 9 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA DE CINTURA	Alarmes, Central de Segurança 3 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA DO NORTE	Alarmes, Central de Segurança 10 Zonas	—		



COMBOIOS DE PORTUGAL

Sistema AGORA	LINHA DO MINHO	Alarmes, Central de Segurança 11 Zonas	—		
Sistema AGORA	LINHA DO DOURO	Alarmes, Central de Segurança 10 Zonas	—		
TOTAL/MÊS					

LEGENDA:

TDA – Todos os Dias do Ano

TDU – Todos os Dias Úteis

SDF – Sábados Domingos e Feriados

Lote III

OPERATIVA III – Parques de Material Oficial e alarmes

TIPO INSTALAÇÃO	POSTO	SERVIÇO/TAREFA	EFETIVO E PERÍODO DE VIGILÂNCIA HUMANA	MEIOS	VALOR MENSAL	Observações
OFICINAS	Amadora	Complexo da Reboteira	1 VIG 24H00 TDA +19H00-08H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
OFICINAS	Barreiro	Portaria principal + Ofidna + banco de ensaios (na Refunda)	2 Vigilantes 24H00 TDA +1 Vigilante 17H00 às 08H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
OFICINAS	Campolide	Parque de material oficial	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
OFICINAS	Entroncamento	Portaria principal	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
OFICINAS	Entroncamento	Portaria secundária	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
OFICINAS	Guifões (CP)	Parque de material oficial	2 Vigilantes 24H00 TDA	1 rádio 1 telemóvel		
OFICINAS	Oelras	Parque de material oficial	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
OFICINAS	Santa Apolónia	Parque de material oficial	1 VIG 7H00-19H30 TDU 1 VIG 21H30-6H30 Dom e Quinta	1 rádio 1 telemóvel		
OFICINAS	Figueira da Foz	Parque de material oficial	1 Vig 17H00 às 08H00 TDA + 1 Vig 24h SDF	1 rádio 1 telemóvel		
OFICINAS	Vila Real Sto. António	Parque de material oficial	1 Vigilante 24H00 TDA	1 telemóvel		
ALARMES	Amadora	Instalações	Alarmes, Central de Segurança	—		
			TOTAL/MÊS		0,00 €	

LEGENDA:

TDA – Todos os Dias do Ano
TDU – Todos os Dias Úteis
SDF – Sábados Domingos e Feriados